



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6312 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 01 - História da Educação

INTERFACES DE UMA EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA E A PRODUÇÃO DA NEODOCÊNCIA NO ENSINO SECUNDÁRIO: UMA LEITURA HISTÓRICA
Marta Luiza Sfredo - UNISINOS/PPGE - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

INTERFACES DE UMA EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA E A PRODUÇÃO DA NEODOCÊNCIA NO ENSINO SECUNDÁRIO: UMA LEITURA HISTÓRICA

A partir dos pressupostos contidos nos materiais impressos voltados para a formação do professor do ensino secundário, na segunda metade do século XX, este artigo objetiva apresentar a vinculação da escola de ensino secundário com o ideário democrático, considerado princípio orientador da construção de uma sociedade voltada para o desenvolvimento econômico e sua relação com a produção de uma *neodocência* para esta etapa da escolarização.

Para tanto, em termos metodológicos, o material empírico foi organizado a partir dos textos contidos nas páginas de uma importante publicação voltada para a formação dos professores do ensino secundário: revista Escola Secundária. Tal publicação circulou no país no período entre 1957 e 1963, recorte temporal desta investigação, e retrata o direcionamento dado à relação entre escola e democracia, configurando novos contornos para a docência no ensino secundário, denominados neste estudo como *neodocência*.

No contexto brasileiro, os princípios da democracia liberal se acentuaram, a partir do cenário econômico e político configurado no final da década de 1950 e princípio da década de 1960, somados aos pressupostos capitalistas, caracterizando um período de grande ênfase no progresso econômico e na modernização do país, sob influência dos Estados Unidos (SILVA; SOUZA, 2009, HIDALGO, MIKOLAICZYK, 2015). Tal cenário configurou novos moldes também para a educação, forjando um processo de difusão da escola secundária, a partir de novos princípios que marcaram, nas palavras de Nagle (1974, p. 264) um “entusiasmo pela educação”, e um “otimismo pedagógico”. Imerso nesta perspectiva, o processo caracterizado por Silva (2017) como “renovação educacional”, pautado nos princípios escolanovistas, objetivou potencializar a “reconstrução nacional”, associando a educação ao desenvolvimento econômico e democrático, dimensionando novas racionalidades para a docência.

Sob tal perspectiva a escola é posicionada como instituição responsável por difundir os preceitos democráticos necessários ao desenvolvimento da sociedade, em termos de progresso econômico. Assim, os impressos e coleções produzidos nas primeiras décadas do século XX, funcionaram como dispositivos que buscavam formar uma nova mentalidade para o professorado brasileiro, servindo como instrumento para “alcançar as mudanças desejadas para uma nova sociedade e um novo homem, em uma nova era” (CARVALHO, 2000, p.44).

A esse respeito, Toledo (2006) adverte que

O impresso funcionou como dispositivo de regramento das práticas escolares, das leituras e dos discursos. Ele foi entendido como dispositivo para a homogeneização de determinadas práticas no aparelho escolar e exclusão de outras e, com elas, se efetivavam projetos políticos específicos que se encontravam em disputa (TOLEDO, 2006, p. 336).

Desse modo, considerando que a história do Ensino Médio caracteriza os anos de 1930 até 1960 como um período de consolidação e, ao mesmo tempo, de redefinição da educação secundária no país, o material selecionado para compor o *corpus* investigativo da pesquisa, apresenta excertos contidos na seção de didática da revista Escola Secundária, que, entre outras publicações, serviu como uma das estratégias da Campanha Nacional de Difusão e Aperfeiçoamento do Ensino Secundário – CADES, para tornar o ensino mais eficiente e condizente com as novas configurações da sociedade, nos rumos do desenvolvimento econômico e da modernização. (SOUZA, 2008; MARCHAND, 2007; ROSA, DALLABRIDA, 2016).

Diante da necessidade de dimensionar processos formativos para a docência do ensino secundário, capazes de formatar uma nova mentalidade nos professores, fica evidenciada a ênfase no papel do professor enquanto elemento-chave para potencializar as reformas pretendidas, considerando a vinculação de uma maior aprendizagem com a ampliação dos ganhos econômicos, na qual, expressões como “desempenho” e “eficiência” se tornem parte de um novo discurso pedagógico, forjado para direcionar o trabalho dos docentes, diante das necessidades impostas pela economia do conhecimento e caracterizando o que denominamos neste estudo de *neodocência* (SILVA, 2016, LIMA, 2012).

Nesse direcionamento, torna-se importante referir, que o ideal de formação de um capital humano, alicerçado no princípio de educação permanente, passa a ser considerado essencial para o desenvolvimento econômico, no horizonte da competitividade e do empreendedorismo (SIMONS; MASSCHELEIN, 2013). O material de pesquisa evidencia a vinculação entre o desenvolvimento econômico, os processos de escolarização e a democracia, ao considerar que,

Um dos fatos mais característicos do momento que estamos vivendo é a nova **consciência**, que a **sociedade brasileira** está adquirindo, do **papel que a educação deve desempenhar na vida nacional, lastreando o desenvolvimento econômico, possibilitando o progresso tecnológico e assegurando as condições básicas da vida democrática** (Escola Secundária, nº 16, março de 1961, p. 3 – grifos meus).

Neste período, a Teoria do Capital Humano emerge como elemento balizador do projeto de desenvolvimento, pautando as ações do Estado e também do mercado, atribuindo centralidade à educação enquanto elemento fundamental para garantir o desenvolvimento social e econômico, favorecendo também a interiorização dos princípios democráticos (IDE, ROTTA JUNIOR, 2013). Nesse sentido,

A sociedade brasileira, com a **arrancada espetacular do progresso que presentemente estamos vivendo, sob o signo de um desenvolvimento econômico acelerado e quase tumultuário, está desenvolvendo uma aguda sensibilidade para os valores que a educação pode e deve representar no nosso futuro plano social** (Ensino Secundário, nº 9, junho 1959, p. 3 – grifos meus).

A esse respeito, no período em questão, os ideais de modernização do ensino e da docência se fundamentavam na modernização da sociedade, objetivando adequar os sujeitos à nova realidade configurada pelos princípios desenvolvimentistas onde, considerando os pressupostos escolanovistas e o auxílio financeiro da UNESCO, ao longo das décadas de 1950 e 1960, incorporaram-se indicativos de mudanças no ensino secundário para torná-lo mais moderno e condizente com as exigências econômicas do momento em questão, onde os professores tiveram papel preponderante (NUNES, 2000). Sentido que fica explícito, no material de pesquisa, ao apresentar que

A época em estamos vivendo caracteriza-se pela sua absorvente preocupação com o desenvolvimento econômico (...) na dinamização deste quadro vivencial, **a educação em geral e, de um modo especial, o ensino secundário estão chamados a desempenhar uma função essencial e decisiva para os destinos do nosso País.** (...) **Dependerá** porém, da visão, da inventiva e da capacidade realizadora dos **educadores** (Ensino Secundário, nº 14, setembro de 1960, p. 3 – 4 – grifos meus).

Diante do que os excertos da publicação Ensino Secundário apresentam, posicionando a escola e docência como instrumentos primordiais na preparação dos sujeitos segundo as novas configurações da sociedade, é importante referir que as teorizações de Dewey (1959) e Kilpatrick (1929) alicerçaram o processo de renovação educacional desencadeado a partir do processo de modernização e democratização do país, especialmente na década de 1950 (SCHIMIDT, 2009). Nesse sentido, tendo como eixo a sociedade democrática e os avanços científicos, a educação foi posicionada como elemento fundamental para adequar os indivíduos aos pressupostos democráticos, constituindo “um método fundamental do progresso e da reforma social” (DEWEY, 1959, p. 93), provocando o “progresso da população e da produção” (KILPATRICK, 1964, p. 13).

Diante do exposto, é possível perceber que, as reestruturações da escola se voltam para a necessidade de formar os sujeitos de acordo com as especificidades da sociedade democrática que se configurava, buscando torná-la “um espaço mais ativo, prático e de formação integral” (CHAVES, 2006, p.719). Perspectiva que, conforme as teorizações de Biesta (2016), marcam a constituição de um processo educativo onde a escolarização se reduz à formação de competências e transmissão dos valores morais e cívicos, característicos das

sociedades democráticas modernas. O autor problematiza que esta forma de pensar, que tem se fortalecido nas últimas décadas a partir do discurso da aprendizagem para a cidadania, passou a integrar o currículo de muitas escolas, sob o pressuposto que “a aprendizagem produz o bom cidadão e os bons cidadãos fazem uma boa democracia” (BIESTA, 2016, p. 27). Neste sentido, a aprendizagem cívica assume centralidade, tal como apresentaram os excertos da revista Ensino Secundário, supondo que “as pessoas devam adquirir uma série de conhecimentos, habilidades e disposições cívicas antes que lhes seja permitido exercer sua cidadania” (BIESTA, 2016, p. 32).

Partindo da compreensão de que os processos de escolarização e o trabalho docente no ensino secundário brasileiro, configurados entre 1950 e princípio da década de 1960, tinham como finalidade difundir os preceitos da democracia liberal e potencializar o desenvolvimento econômico, é possível perceber a emergência de novos modos de governamento neoliberal, que têm como marca a “empresarização do setor público e a conversão dos cidadãos em consumidores” (BALL, 2016, p.30). Desse modo, Ball (2016) considera que, os contornos neoliberais potencializam o aparecimento de um novo tipo de indivíduo, “formado na lógica da competição, tendo na performatividade um mecanismo de gestão” (p. 30). Tais características permearam também a produção de novas especificidades para a docência no ensino secundário, pautadas no viés econômico, que configuraram uma *neodocência* para esta etapa da escolarização, em sintonia com os interesses neoliberais.

Desse modo, a conformação de novas especificidades para a docência do ensino secundário, que foi se aproximando cada vez mais de uma “performatividade pragmática”, onde os professores tendem a ser comparados a técnicos do ensino e os estudantes comparados a clientes (BALL, 2016). A partir deste quadro, o conceito de *neodocência* emerge como forma de representação das novas características que passam a ser exigidas dos professores do ensino secundário, na segunda metade do século XX, para atender às novas demandas de uma sociedade alicerçada em uma “razão mercantil” (PARO, 2016, p. 11). Desse modo, a mercantilização, hierarquização e competição, se convertem em respostas diante da complexidade das relações estabelecidas na sociedade contemporânea, considerando que os processos educacionais são cada vez mais compreendidos sob a lógica mercantil (COLLET, TORT, p. 10). Nesse sentido, a

[...] razão mercantil, ao procurar submeter tudo às regras do mercado capitalista, ignora por completo a singularidade do trabalho pedagógico, procurando implantar na escola básica os princípios e métodos administrativos das empresas de negócios (PARO, 2016, p. 11).

Os efeitos desta perspectiva para a configuração de uma *neodocência* para o ensino secundário são marcados pela preocupação em atender aos preceitos de das avaliações em larga escala, que na crítica de Ball (2016) “convertem as relações sociais complexas em números e etiquetas” (p.34), provocando a perda da autonomia docente, que acaba restringindo-se a ser uma “mão que executa o que as leis ditam”, deixando de atuar como uma “cabeça que pensa e constrói conhecimento com os alunos” (COLLET; TORT, 2016).

Esses pressupostos, na visão de Collet e Tort (2016), são indicativos de que os princípios neoliberais “são uma resposta pouco adequada às complexidades educativas atuais, se o que se pretende é avançar ate uma escola democrática, entendida e praticada como um bem comum e que busque a justiça social e a equidade” (p. 10).

Desse modo, de acordo com Ball (2016), a racionalidade neoliberal alicerçada nos princípios empresariais coloca em primeiro plano a perspectiva da maximização do rendimento e a competição. Nesse direcionamento o autor sugere um processo de “repolitização da educação” (p.33), ao se reconectar a educação com as vidas, esperanças e aspirações dos sujeitos, conformando um compromisso educativo entre a escola e a comunidade da qual ela faz parte, integrado a um amplo programa de renovação social, revertendo o processo que relegou o ensino e a docência a um simples “manejo de destrezas e competências” (p.33). Assim, em oposição às configurações de uma *neodocência*, atrelada aos preceitos economicistas neoliberais,

Necessitamos professores que sejam criativos e atrevidos, mas também apaixonados e comprometidos. Necessitamos professores que estejam bem informados sobre a educação e a sociedade, sobre meninos e meninas e suas diferentes formas de desenvolvimento, suas diversas necessidades e capacidades. Necessitamos de professores que façam juízos por meio de princípios, em vez de indicadores de rendimento. Precisamos de professores que possam pensar no que estão fazendo mas que estejam também abertos a discutir e mudar (BALL, 2016, p. 35).

Transformação que envolve compreender o que Subirats (2016) caracteriza como um “processo de construção da democracia do comum”, definido por Ball (2013) como uma necessária “repolitização da educação”, objetivando frear os efeitos que o neoliberalismo e o neoconservadorismo têm provocado nos sistemas educativos, em escala mundial. Nesta direção, a perspectiva assumida pelo processo de democratização educativa da escola secundária brasileira, visibilizado especialmente a partir da segunda metade do século XX, fundamentado na democracia liberal e no progresso econômico, revela a emergência de um conjunto de novas características para a docência no ensino secundário aos quais denominamos *neodocência*. Tal percepção requer um olhar crítico a respeito da perspectiva que a escola e a docência assumiram ao longo da segunda metade do século XX, fundamentadas nos pressupostos neoliberais e neoconservadores, contribuindo para que, na atualidade, tenhamos a possibilidade de potencializar uma reconexão da educação com a democracia, como lógica e prática alternativa ao que hoje se apresenta (BALL, 2016).

Palavras-chave: Ensino secundário. Neodocência. Democracia. Neoliberalismo

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. Gobernanza neoliberal y democracia patológica. In: COLLET, Jordi; TORT, Antoni. (Orgs.). *La gobernanza escolar democrática*. Madrid: Morata, 2016, p.23-40.

BIESTA, Gert. Democracia, ciudadanía y educación: de la socialización a la subjetivación. *Foro de Educación*, v. 14, n. 20, jan. – jun., 2016, p. 21-34.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. *Perspectiva*, São Paulo, v.14, n.1, p. 111-120, jan./mar. 2000.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008, p. 295-315.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. Desenvolvimentismo e pragmatismo: o ideário do MEC nos anos 1950. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, p. 705-725, set./dez. 2006.

CLAPARÈDE, Eduard. *A Escola sob Medida*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1973.

COLLET, Jordi; TORT, Antoni. (Orgs.). *La gobernanza escolar democrática*. Madrid: Morata, 2016.

DEWEY, John. *Democracia e Educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1959. (Atualidades Pedagógicas, vol. 21).

HIDALGO, Angela Maria; MIKOLAICZYK, Fernanda de Aragão. Os organismos internacionais e o projeto nacional-desenvolvimentista: o INEP e o projeto de modernização e democratização do país. *Educação em Foco*, Belo Horizonte, v. 18, n. 25, p. 99-123, jul. 2015.

IDE, Maria Helena de Souza; ROTTA JÚNIOR, César. Educação para o Desenvolvimento: a Teoria do Capital Humano no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. *Revista Brasileira de Estudos Jurídicos*, Montes Claros, v. 8, n. 2, p. 125-144, jul./dez. 2013.

KILPATRICK, William. *Educação para uma civilização em mudança*. 4. ed. Tradução de Noemy S. Rudolfer. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

LIMA, Licínio. *Aprender para ganhar, conhecer para competir: sobre a subordinação da educação na "sociedade da aprendizagem"*. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCHAND, Patrícia Souza. Direito ao ensino médio no ordenamento jurídico brasileiro. *RBP AE*, v.23, n.1, p. 81-104, 2007.

MIGUEL, Luís Felipe. Impasses da Accountability: dilemas e alternativas da representação política. *Revista de Sociologia e Política*, nº 25, p. 25-38, nov. 2005.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 14, p. 35-60, mai./jun./jul./ago. 2000.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. Cortez: São Paulo, 2016.

ROSA, Fabiana Teixeira da; DALLABRIDA, Norberto. Circulação de ideias sobre a renovação do ensino secundário na revista escola secundária (1957-1961). *Hist. Educ. [online]*, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 259-274, set./dez. 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SCHMIDT, Ireneu Aloisio. Dewey e a Educação Para uma Sociedade Democrática. *Contexto e educação*, v.24, n. 82, p. 135-154, jul./dez. 2009.

SILVA, Maria Vieira; SOUZA, Silvana Aparecida de. Educação e responsabilidade empresarial: “novas” modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 779-798, out. 2009.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. *Especificidades da emergência da contemporaneidade pedagógica no Brasil: apontamentos para uma história do currículo escolar*. Anais da 38ª Reunião Nacional da ANPED – “Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência”, São Luís: UFMA, 2017.

SIMONS, Maarten; MASSCHELEIN, Jan. Se nos hace creer que se trata de nuestra libertad: notas sobre la ironía del dispositivo de aprendizaje. *Pedagogía y Saberes*, Colômbia, n. 38, p.93-102, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

SUBIRATS, Joan. Notas sobre princípios y estratégias de uma governanza educativa y democrática de lo común en el cambio de época. In: COLLET, Jordi; TORT, Antoni. (Orgs.). *La governanza escolar democrática*. Madrid: Morata, 2016, p. 65-83.

TEIXEIRA, Anísio. Bases para uma programação da educação primária no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.27, n.65, p.28-46, jan./mar. 1957.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. O projeto político cultural da coleção Atualidades Pedagógicas. In: DUTRA, E. de F.; MOLLIER, J-Y (ORG). *Política, Nação e Edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. SP: AnnaBlume, 2006.